



117 - Educação na Aldeia Te'yikue, em Caarapó, Mato Grosso do Sul – a conquista do curso de Técnico em Agroecologia

MARQUES, Rodinei Ramires. Escola Ivy Poty, eedeyp@sed.ms.gov.br; MENDONÇA, Valdinei Marques. Escola Ivy Poty, eedeyp@sed.ms.gov.br; BENITES, Eliel. Escola indígena Nandejara, eedeyp@sed.ms.gov.br; INSFRAN, Rosangela Aparecida Aquino. Escola Ivy Poty, eedeyp@sed.ms.gov.br.

Resumo

Este relato busca sintetizar o empenho da comunidade indígena da Aldeia Te'yikue, em construir propostas de uma educação diferenciada que visa a valorização dos conhecimentos tradicionais, aliados aos conhecimentos científicos historicamente construídos pela sociedade. Neste sentido, o texto reforça a luta desta comunidade em oferecer às crianças e jovens, um ensino que leve em consideração o modo de ser e de viver Guarani e Kaiowá, que lhes possibilitem uma formação crítica da conjuntura em que vivem, culminando com a construção de espaço físico composto de cinco laboratórios de base científica, dois da base tecnológica e biblioteca, para dar suporte a um curso técnico em nível médio, com enfoque agroecológico, na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Ivy Poty.

Palavras-chave: etnias Guarani e Kaiowa, Ará Verá, mutirão, participação e decisão coletiva, módulos agroflorestais.

Contexto

A Reserva Indígena Te'yikue localiza-se no Município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, onde residem 1063 famílias e 4593 habitantes pertencentes às etnias Guarani e Kaiowa, segundo a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), cuja principal atividade econômica está relacionada à agricultura familiar e ao trabalho assalariado nas usinas sucroalcooleiras da região.

A comunidade indígena da aldeia Te'yikue vem, ao longo dos anos, sofrendo inúmeros problemas relacionados às políticas indigenistas. Dentre os problemas, configuram a criação das reservas indígenas que aglutinaram em um mesmo espaço diversas comunidades indígenas que viviam espalhadas pelo território sul-mato-grossense, com intuito de liberar terras para a expansão da fronteira agrícola.

Em 1943 houve a criação da Colônia Agrícola de Dourados, adentrando nas terras de várias aldeias tradicionais, entre elas: Panambi e Panambzinho. A expulsão e a dispersão dos índios Guarani e Kaiowa no Sul do Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, movimento que ficou conhecido pelo povo indígena como “esparramo” ou “sarambipa”, que se intensificou a partir de 1950, com a vinda de imigrantes, em especial do Rio Grande do Sul, que ocuparam os campos.

Entre 1960 e 1970, a derrubada das matas aumentaram com a exploração da madeira e plantio de capim-colonião e braquiária, para criação de gado. Esse evento causou devastação ambiental e, ao mesmo tempo, expressivo crescimento populacional nessa região. Com a devastação da



maioria das matas, os Guarani e Kaiowa não tiveram outra alternativa, senão o confinamento em pequenas áreas de terra.

A partir da década de 1970, povos indígenas passaram a organizar movimentos de luta pelo respeito à pluralidade cultural, direito de ser índio, autonomia e pela vida como povos etnicamente diferentes. Esse processo de luta e suas conquistas se transformaram em direitos registrados na Constituição Federal de 1988, tendo como uma das conquistas mais significativas a consciência da retomada de seus territórios tradicionais e de uma educação escolar indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, fundamentada na sua própria cultura e protagonizada pelos povos Guarani e Kaiowa.

O confinamento compulsório imposto aos povos Guarani e Kaiowa, nessa região, foi desencadeado mais intensamente a partir da década de 1950, provocando uma superpopulação e sobreposição de famílias extensas na terra indígena Te'yikue, em Caarapó.

O extrativismo da madeira e a intensificação das atividades agropecuárias, mais especificamente nas décadas de 60 e 70, aumentaram substancialmente a degradação ambiental. Esses e outros fatores impossibilitaram as práticas culturais e religiosas dos povos Guarani e Kaiowa, em especial, o plantio tradicional das roças, gerando dificuldades na produção de alimentos na aldeia.

Atualmente esses povos dependem, compulsoriamente, de políticas compensatórias (cestas básicas) geridas pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul para sobreviverem. Essa realidade provoca a saída maciça dos homens da reserva para trabalharem em usinas sucroalcooleiras no estado de Mato Grosso do Sul em busca da subsistência das famílias.

Com o crescimento demográfico dessa população, as reservas indígenas foram ficando insuficiente para atenderem todas as necessidades básicas de sobrevivência. A diminuição drástica dos recursos naturais antes abundante, supria as principais necessidades dos Guarani e Kaiowa. Com a degradação ambiental e o esgotamento da fertilidade do solo, entre outras adversidades, a comunidade indígena local sentiu-se na necessidade de realizar discussões e intervenções que subsidiassem saídas simples, porém, de forma concreta e palpável, no sentido de amenizar os problemas instaurados.

Descrição da Experiência

A partir de 1997, a administração municipal de Caarapó, consciente da pluralidade cultural dos povos Guarani e Kaiowa e do acesso desses povos à legislação indigenista, foi possível iniciar a construção de um novo modelo de educação escolar pensada e protagonizada pela comunidade indígena. Esse processo escolar permitiu a aproximação da escola e a comunidade, que passou a refletir sobre a sua função social, realidade econômica, valor cultural e da língua Guarani.

O processo de reflexão, participação e decisão coletiva, se deram por meio de reuniões do Conselho Escolar Indígena, na presença dos pais e mães da escola, cacique da aldeia e nos Fóruns Indígenas, que acontecem anualmente na aldeia. O espaço escolar transformou-se em grande espaço de discussão, reflexão e decisões coletivas.

Este processo se fortaleceu com políticas do governo estadual, com a criação do curso normal



médio “Ará Verá”, para formar professores da própria comunidade, para atuarem nas salas de aula. Tais passos serviram para fortalecer um processo educacional e, aos poucos, criou possibilidades de engajamento de toda a comunidade em torno de discussões de problemas comuns, com intuito de buscar alternativas que viessem a amenizá-los.

Neste sentido, já no ano de 2003, cresceu a expectativa da criação de uma escola de ensino médio, que atendesse os alunos que concluíssem o ensino fundamental na escola municipal Ñandejara, Pólo-Caarapó/MS (Aldeia Te'yikue). Porém, esta escola, conforme discussão em vários fóruns, não deveria apenas contemplar os conteúdos da base comum nacional, e sim, uma escola que possibilitasse os alunos a refletirem sobre a necessidade de se buscar meios de sustentabilidade na própria comunidade.

Com este objetivo foi solicitado junto à Secretaria de Estado de Educação Mato Grosso do Sul, o funcionamento de uma escola de ensino médio (Figura 1), que tivesse como base os princípios da Agroecologia. Essa proposta foi aprovada para começar em 2006, de forma integral, a contemplar todas as disciplinas da base comum nacional, com incremento de disciplinas que discutissem formas de produção alternativas voltadas à Agroecologia.



• **Figura 1.** Escola Estadual Indígena Yvy Poty, em Caarapó, MS.

Em abril de 2006 inicia-se o curso, com aulas teóricas e práticas. Durante as aulas de práticas agrícolas, realizou-se plantio de uma grande roça de mandioca, onde os alunos participaram coletivamente de todo o processo, desde a busca por rama dentro da aldeia, com plantio utilizando enxada e tração animal, inclusive com a participação dos pais, em forma de mutirão.

Um ponto importante em relação aos mutirões, é o envolvimento escolar de forma participativa, a realização de almoço na roça (pucheirada), preparada com ajuda dos professores. É importante salientar que a aproximação entre escola e família foi o ponto de maior destaque durante o período em que houve o curso de ensino médio integral, isto é, período compreendido entre 2006 e 2008.

Neste processo tornaram comuns, a implementação de projetos que buscassem a inserção das famílias, como exemplo: a estruturação de hortas, onde todos os alunos deveriam ter a própria. Outra iniciativa destacável, foi a implantação de pequenos módulos agroflorestais, com a intercalação de práticas agrícolas, com plantio de mudas, como: banana, abacaxi, café, erva-mate, jequitibá, ingá, cedro, entre outras.



Figura 2. Alunos indígenas da Aldeia Te'yikue, participando de atividades na comunidade.

Resultados

Após os contratempos burocráticos, neste ano de 2012, iniciaram-se obras de ampliação da escola e a construção dos laboratórios de base científica e tecnológica, biblioteca, cozinha, banheiros e mais salas de aulas, necessários à implementação integral do curso em voltado à Agroecologia (Figura 3).



Figura 3. Vista parcial das obras de ampliação da Escola Yvy Poty, em Caarapó, MS.



O curso profissionalizante em agroecologia ,na modalidade concomitante e subsequente, tem previsão de entrar em funcionamento em 2013. Nesse sentido há perspectiva de construir uma proposta de educação escolar indígena que valorize e fortaleça a cultura, como forma de garantia da manutenção de identidade Guarani e Kaiowá. É um desafio constante para a comunidade e professores indígenas.

O propósito desta escola é promover a construção coletiva de uma educação escolar indígena, retomando o objetivo principal do povo Guarani e Kaiowá, ou seja, a espiritualidade, os processos próprios de ensino e aprendizagem, o valor da terra, a língua, entre outros, além de inserir novos elementos que contribuirão para o convívio com a sociedade envolvente.

-